



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004481-35.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
 Requerente: **Elhaim Batista**
 Requerido: **Banco Bradesco Cartões Sa (american Express)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que possui cartão de crédito junto ao réu e que este promoveu o lançamento de débitos indevidamente.

A pretensão deduzida não merece acolhimento.

Com efeito, muito embora o documento de fl. 03 demonstre o lançamento simultâneo de duas parcelas consecutivas de determinada compra, o de fl. 07 denota que esse lapso foi corrigido pelo cômputo do crédito correspondente.

De qualquer sorte, não poderia o autor simplesmente deixar de quitar as faturas em apreço, mesmo que pelo valor mínimo delas.

Por outras palavras, o autor não poderia transferir a responsabilidade de sua inadimplência ao réu, seja porque este sanou o vício de início apontado, seja porque ainda que assim não fosse o valor remanescente da fatura permaneceu como indubitavelmente devido por ele sem que houvesse o devido pagamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já no que concerne ao montante de encargos, não há dados concretos que sequer indiquem irregularidade em sua apuração.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**